

**AO JUÍZO DA XX VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXX**

Autos do Processo nº.: XXXXXXXXXXXXX

Fulano de tal, representado por sua genitora FULNAO DE TAL, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXX**, apresentar:

<p>CONTESTAÇÃO C/C RECONVENÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA</p>

à presente ação movida contra si por **FULANO DE TAL**, conforme fatos e fundamentos a seguir expostos:

I - SÍNTESE DA INICIAL

Trata-se de Ação de Investigação e Negatória de Paternidade em desfavor de FULANO DE TAL. Pleiteia o autor seja desconstituído o vínculo paterno registrado em favor do réu. Alega, em síntese, que se relacionou com FULANA, genitora do réu, tendo a conhecido em meados de junho/2009.

Afirma que se separaram por um período e reataram o relacionamento tempos depois, tendo havido relação sexual entre eles em meados de outubro/novembro de 2011. Que depois de 2 meses foi informado por FULANA que estava grávida novamente e foi questionado se registraria o menor, ora réu. Aduz que não teve outra saída senão proceder com o registro do infante.

Alega que sempre desconfiou ser o pai do réu, mesmo tendo sido compelido a registrá-lo e que desde o nascimento várias pessoas comentavam que o menor poderia não ser filho do autor, ao que, “Intrigado com a série de comentários e tendo em vista todas as situações constrangedoras e de desconfiança, o requerente decidiu, por conta própria, fazer o exame de ESTUDO DE DETERMINAÇÃO DE PATERNIDADE – DNA para sanar qualquer dúvida acerca da paternidade”, tendo o exame apresentado resultado de que o réu não é filho biológico do autor.

Eis a síntese necessária.

II - MÉRITO

A ação negatória de paternidade exige, para sua procedência, a demonstração de dois requisitos cumulativos: erro, falsidade ou coação e inexistência de paternidade socioafetiva, consoante normação de regência e entendimentos jurisprudenciais.

Os arts. 1.603 e 1.604 do Código Civil estabelecem, respectivamente, que “a filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil” e que “ninguém pode vindicar

estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade de registro”

Por sua vez, o artigo 1º da Lei nº 8.560/1992 e o inciso II do artigo 1.609 do Código Civil (CC) preceituam que o reconhecimento livre e voluntário de filho, realizado por meio de escritura pública, é ato irrevogável e irretratável, somente podendo ser desconstituído caso demonstrada a ocorrência de vício de consentimento apto a invalidar o correspondente instrumento público.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação segundo a qual, para a anulação do registro de nascimento, é imprescindível, além da existência de prova robusta a atestar que o pai foi de fato induzido a erro ou coagido, a comprovação da inexistência de relação socioafetiva entre pai e filho.

Assim, “a divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro de nascimento não é apta, por si só, para anular o registro” (REsp 1829093/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/06/2021, DJe 10/06/2021).

No caso dos autos, o autor não comprovou ter registrado o contestante apoiado em erro, falsidade ou coação. Contrário disso, confirmou ter tido relação amorosa com a genitora do menor, o que poderia indicar, na hipótese de se confirmar a inexistência de vínculo biológico a ser analisado em novo teste sob o crivo do contraditório judicial, ter realizado o registro por vontade própria, conhecedor da realidade da filiação.

A propósito, após a separação entre autor e a genitora do réu, aquele tentou a todo custo reatar o relacionamento, inclusive com propostas de registro do infante, mesmo que ele não fosse seu filho, utilizando-se tal desiderato como um fator de convencimento.

Mesmo não tendo conseguido manter o relacionamento amoroso com FULANA, o réu exerceu a figura paterna em relação ao contestante por mais de uma década, estabelecendo com ele socioafetividade capaz de

constituir a paternidade.

O interesse em ver o vínculo de paternidade rompido surgiu após a genitora do infante ajuizar ação de alimentos, oportunidade em que o autor passou a chantageá-la. Não tendo sido concretizado o seu intento, o autor ajuizou a presente demanda como forma de retaliação (com viés financeiro) a fim de se vingar da genitora do menor pelo pedido de alimentos outrora ajuizado.

No mais, dado o período transcorrido entre o registro e a presente ação, bem como as evidências que denotam interesse puramente financeiro para discussão da paternidade, indiscutível que cabia ao autor demonstrar, minimamente, que foi induzido a erro e que não registrou, por vontade própria, filho consabido de outrem.

Com efeito, ao se debruçar sobre o tema, o eg. TJDFT se manifestou no sentido de representar verdadeiro comportamento contraditório o contexto em que o genitor cria, educa e cuida de filho sabidamente de outrem, o registra, e depois contesta a paternidade. Vejamos:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. SOCIOAFETIVIDADE. ART. 1.593 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE. PATERNIDADE. RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO. REGISTRO. ART. 1.604 DO CÓDIGO CIVIL. ERRO OU FALSIDADE. INEXISTÊNCIA. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.

1. A socioafetividade é contemplada pelo art. 1.593 do Código Civil, no sentido de que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem.

2. Impossibilidade de retificação do registro de nascimento do menor por ausência dos requisitos para tanto, quais sejam: a configuração de erro ou falsidade (art. 1.604 do Código Civil).

3. A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade da pessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos.

4. A posse de estado de filho, que consiste no desfrute público e contínuo da condição de filho legítimo, restou atestada pelas instâncias ordinárias.

5. A "adoção à brasileira", ainda que fundamentada na "piedade", e muito embora seja expediente à margem do ordenamento pátrio, quando se fizer fonte de vínculo socioafetivo entre o pai de registro e o filho registrado não consubstancia negócio jurídico sujeito a distrato por mera liberalidade, tampouco avença submetida a condição resolutiva, consistente no término do relacionamento com a genitora (Precedente).

6. Aplicação do princípio do melhor interesse da criança, que não pode ter a manifesta filiação modificada pelo pai registral e socioafetivo, afigurando-se irrelevante, nesse caso, a verdade biológica.

7. Recurso especial não provido. (REsp 1613641/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 29/05/2017) (gn)

Assim, é de se considerar que recaía ao autor ônus probatório significativo a fim de afastar ter sido induzido a erro no momento de registro da ré, **sobretudo pelo período transcorrido entre a data do registro e a data em que se iniciou a discussão sobre a paternidade.**

Além disso, **ainda que se reconheça não haver vínculo**

biológico entre as partes, bem como ter sido o autor agido com vício de consentimento, imperioso **manter a paternidade registral até então estabelecida, em razão dos laços socioafetivos** concebidos desde o nascimento do infante.

III - PEDIDOS

Ante o exposto, ao tempo que impugna as alegação da inicial, requer:

- a. O reconhecimento dos benefícios da Gratuidade da Justiça, na forma do art. 98 do CPC;
- b. A improcedência total dos pedidos veiculados na exordial;
- c. A intimação do autor para, querendo, se manifestar sobre a presente; e
- d. A condenação do requerente ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, a serem depositados em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública/DF (PRODEF): CNPJ nº 09.396.049/0001-80: Banco de Brasília - BRB, Código do Banco 070, Agência 100, Conta-Corrente nº 013251-7.

Protesta provar o alegado por meio de provas documental; oral, consistente no depoimento pessoal da parte autora; **bem como de exame pericial de DNA a ser realizado em sob o crivo do contraditório judicial.**

Pede deferimento.

FULANA DE TAL

Defensora Pública do XXXXXXXXX

